

## Estudo discursivo-funcional das construções relativas na lusofonia: reflexões sobre o ensino

*A discursive-functional study of relative clauses in Portuguese: reflections on teaching*

Aliana Câmara Precioso  
*Universidade Estadual Paulista (UNESP),*  
Brasil  
aliana.precioso@gmail.com

**Resumo:** Neste trabalho, problematiza-se o ensino tradicional, mecânico, descontextualizado e classificatório da oração relativa na escola e propõe-se repensar a relativização a partir do uso real da língua. Nesse sentido, a gramática é estudada aqui na interação verbal como um meio de os falantes atingirem seus propósitos comunicativos. Parte-se da reflexão de estudos linguísticos formais e funcionalistas, que podem levar à proposta de uma nova prática de ensino das orações relativas, permitindo ao aluno (i) refletir sobre as características pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas que estão subjacentes à diferença entre relativas restritivas e não-restritivas; (ii) reconhecer outras possibilidades de estratégias de relativização não-padrão (copiadora e cortadora) como estruturas autênticas da língua, entendendo a importância da adequação de seu discurso ao grau de formalidade da situação comunicativa. Para isso, realiza-se uma análise qualitativa de dados extraídos do corpus “Português Falado”, que é representativo de todas as variedades oficiais do português, sem o intuito de compará-las.

**Palavras-chave:** oração relativa, Gramática Discursivo-Funcional, ensino de gramática

**Abstract:** This work problematizes the traditional, mechanical, decontextualized and classificatory teaching of relative clauses at school and intends to rethink the relativization from the

actual use of language. In this sense, grammar is studied here in verbal interactions as a means of speakers achieve their communicative purposes. Starting from a reflection on formal and functionalist linguistic studies, which may lead to the proposal of a new teaching practice of relative clauses, allowing students to (i) reflect on the pragmatic, semantic, morphosyntactic and phonological characteristics underlying the difference between restrictive and non-restrictive relative clauses, (ii) recognize other possible strategies of nonstandard relativization (resumption and prepositional phrase-chopping) as authentic structures of language, understanding the importance of the adequacy of the student's speech to the formality level of the communicative situation. For this end, a qualitative analysis is made using data extracted from the corpus "Português Falado", which is representative of all official varieties of Portuguese. However, there is no intention of comparing them.

**Keywords:** Relative clauses, Functional Discourse Grammar, Grammar teaching

## 1 Apresentação

Este artigo pretende questionar o tradicional ensino de oração relativa que consiste na distinção entre relativas restritivas e explicativas e no exercício de identificação e classificação dessas orações pelos alunos de maneira mecânica e não-contextualizada, visando apenas ao ensino de nomenclatura metalinguística. Busca-se aqui uma nova visão sobre essas construções a partir de uma reflexão funcionalista sobre o uso real da língua e sobre o ensino da gramática na interação comunicativa. Acreditamos que o modo como se tem ensinado a oração relativa seja o maior motivador do fracasso no ensino da relativização na escola, isto é, ao se ensinar a língua culta na escola e ao se considerar a gramática descontextualizada, o ensino se torna insignificante e desinteressante. Este artigo pretende mostrar como, partindo de uma perspectiva funcional-discursiva, o ensino das relativas pode realmente levar os alunos a reconhecer e usar as diferentes estratégias de relativização.

Como é sobejamente reconhecido, os manuais e livros didáticos de ensino de língua portuguesa, dada a pretensão da escola em ensinar a língua padrão, baseiam-se quase que exclusivamente nas gramáticas tradicionais para definir os conteúdos gramaticais que irão ser trabalhados em sala. É a partir do que se prescreve como norma nas gramáticas que se entende a oração relativa na escola. A partir dessa perspectiva, então, a oração relativa é definida como a oração

subordinada que é introduzida por um pronome relativo, desempenha a função sintática de adjunto adnominal de um substantivo ou pronome antecedente (Cunha & Cintra, 2008: 615) e é classificada em restritiva ou explicativa, a depender de sua relação semântica com esse antecedente. Para Bechara (1999: 171), o pronome relativo, definido como aquele que se refere a um termo anterior, é responsável por fazer referência ao antecedente, transformar uma oração originariamente independente em um adjetivo e exercer função sintática na oração subordinada, fato que o diferencia das conjunções integrantes, que não desempenham nenhuma função sintática. Apesar da ampla gama de pronomes relativos elencados pelos gramáticos e ensinados na escola (*quem, o qual, cujo, que, quanto e onde*), há vários estudos sobre o português (cf. Corrêa, 1998; Tarallo, 1983) que comprovam que o único pronome relativo com alta frequência de utilização na língua falada é *que*. Esses estudos mostram que, mesmo na escrita ou na fala de pessoas cultas e escolarizadas, é pouco frequente a utilização de outros pronomes relativos.

A escola parte da simplificação da definição e das características da oração relativa e focaliza os seguintes aspectos dessas construções: funcionam como adjuntos adnominais, são equivalentes a adjetivos e são introduzidas por pronomes relativos. O aluno é levado a entender essas características, principalmente, por meio de:

- a) atividades de identificação e classificação das orações subordinadas (adjetiva, substantiva ou adverbial) ou das orações adjetivas (restritivas e explicativas);
- b) transformação de adjetivos em orações adjetivas, e vice-versa;
- c) distinção entre pronome relativo e conjunção subordinativa integrante;
- d) classificação da função sintática dos pronomes relativos;
- e) transformação de orações absolutas em períodos compostos por oração principal mais oração relativa.

As orações adjetivas restritivas e explicativas são definidas a partir da presença/ausência da vírgula na escrita e a partir de critérios semânticos:

A oração subordinada adjetiva restritiva é aquela que restringe ou particulariza o sentido de um nome antecedente (substantivo ou pronome). A oração subordinada adjetiva explicativa é aquela que acrescenta uma informação complementar, acessória, ao nome antecedente. (Sarmiento & Tufano, 2010: 247-8)

É claro que está subjacente a essa visão sobre a oração relativa uma série de aspectos que, como veremos, são realmente relevantes para a sua compreensão, a saber, (i) a separação da oração principal e da oração explicativa por vírgulas, na escrita, o que advém, na realidade, de uma distinção prosódica entre os dois tipos de relativas, derivada da função retórica *Aside* desempenhada pela oração não-restritiva; (ii) a importância do nome-núcleo antecedente (doravante Np relativizado) para a determinação da função da oração relativa; (iii) o sentido de ambas as orações. No entanto, ainda há muito a ser discutido na escola sobre esse tema.

No intuito de contribuir para o ensino da oração relativa, este artigo se propõe a, primeiramente, expor algumas contribuições de estudos linguísticos sobre o tema, ampliando-as a partir do arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld & Mackenzie (2008). Mais especificamente, na seção 2, falamos sobre as diferentes estratégias de relativização do português a partir de abordagens formalistas de estudo da linguagem; na seção 3, apresentamos uma interpretação funcional das orações relativas, em especial, com foco nos pressupostos da GDF. A seguir, na seção 4, defendemos uma nova interpretação sobre as relativas cortadoras a partir do postulado por Hengeveld & Mackenzie (2008). Por último, nas considerações finais, apresentamos uma proposta de ensino reflexivo e contextualizado das orações relativas.

Para a elaboração deste artigo, as orações relativas foram extraídas e analisadas qualitativamente a partir do corpus “Português Falado”, produzido pelo Projeto “Português Falado, Variedades Geográficas e Sociais”, coordenado pelo CLUL (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa) e realizado em parceria com as Universidades de Toulouse-le-Mirail e de Provence-Aix-Marseille. São textos exemplificativos do português falado em Portugal (30), no Brasil (20), nos países africanos de língua oficial portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (5 de cada) e em Timor-Leste (3). Não é nosso objetivo aqui realizar uma análise comparativa entre as diversas variedades do português; porém, acreditamos que um estudo dessa natureza seria muito interessante.

## 2 A oração relativa sob a ótica formalista

Tipologicamente, as línguas do mundo têm sido estudadas a partir das diferentes estratégias de relativização que cada língua permite. Essas estratégias se referem à maneira como o nome-núcleo está expresso dentro da oração restritiva. Comrie (1989: 147) e Song (2001: 217) distinguem quatro tipos de oração relativa restritiva com relação a esse parâmetro: (i)

de lacuna; (ii) de retenção pronominal; (iii) de pronome relativo; e (iv) de não-redução. Aplicando-se essa classificação tipológica, o português tem sido descrito como uma língua que dispõe de três estratégias de relativização, que são denominadas como a) padrão; b) copiadora ou de pronome lembrete; e c) cortadora. É desnecessário dizer que, ao se focalizar o ensino da relativa padrão na escola, as outras estratégias, que são as que efetivamente os alunos (e a grande maioria dos falantes cultos do português) dominam, são deixadas de lado e, muitas vezes, são tratadas como formas “erradas” e “feias”, o que aumenta ainda mais o preconceito linguístico que impera nas salas de aula e que se reproduz na sociedade.

Um dos estudos mais influentes sobre as relativas do português brasileiro, desde a perspectiva da sociolinguística paramétrica, foi realizado por Tarallo (1983). O autor defende que há sintaticamente, no português brasileiro, os três tipos de estratégias de relativização acima referidos<sup>1</sup> e as define da seguinte forma:

a) A variante de lacuna (*gap-leaving variant*), que corresponde à norma padrão, é a única que exige movimento, o que quer dizer que nesse tipo de construção o Np relativizado é movido para a posição COMP, deixando uma lacuna ( $e_i$ ) em sua posição de origem.

(02) o efectivo da banda quando aumentar nós temos muitos programas *que queremos levar a cabo* ( $e_i$ ), (To-Pr96:Banda:l.44)

Quanto à relativização de posições sintáticas preposicionadas, a gramática padrão prescreve que a preposição deve ocorrer antes do pronome relativo (o que se denomina  *pied piping* ). Nesse caso, o autor defende que a preposição é “movida” conjuntamente com o pronome relativo. Como a preposição e o pronome relativo estão visivelmente no início da oração relativa preposicionada, há consenso entre os autores gerativistas com relação à questão de movimento-*qu* para orações como (03).

(03) mas olhando para esse momento *em que, as pessoas já estão a despertar a atenção nisso* ( $e_i$ ), nós vemos que há de novo uma participação na área desportiva. (Moç97:SentimentoDesporto:l.10)

---

<sup>1</sup>Apesar da grande influência desse estudo nas pesquisas linguísticas, os estudos pioneiros sobre a relativização no português brasileiro foram realizados por Lemle (1978) e Kato (1981).

b) na variante de pronome lembrete (*resumptive pronoun variant*), o Np relativizado não é movido para a posição COMP, ficando a lacuna preenchida por um pronome lembrete, preposicionado ou não, que retoma o conteúdo semântico do seu antecedente. Em (04), o Np relativizado é o objeto indireto, mas é possível a relativização de qualquer posição sintática por meio desta estratégia.

(04) precisamente quando, eh, vivia... com a minha mãe, bom, conjuntamente estavam, estavam dois irmãos, um mais velho, *que eu sigo a ele* e outro segue-me a mim (Moç86:Chuva l.6)

É interessante observar que, segundo Alexandre (2000: 62), o português permite que esse pronome cópia seja não só uma categoria pronominal, mas também adverbial, como em (05).

(05) primeiro fui trabalhar numa serra[...], serralharia, não é, e *onde fiquei aí duas semanas* (Ang97:JovemGaspar:l.32)

c) A relativa cortadora (*prepositional phrase-chopping*) também é uma relativa de lacuna e nela há o apagamento de todo o sintagma preposicional. Tarallo defende que primeiramente há o apagamento do objeto pronominal, o que leva ao posterior apagamento da preposição para se evitar a violação da restrição contra as preposições órfãs, em outros termos, para se evitar o abandono de preposição.

(06) não tem nada a ver se o nado foi vivo ou morto. houve parto, é aquilo *que ela referiu* ( $e_i$ ). eh, foram nove meses de gravidez, portanto a licença visa a, a recuperação da parturiente e não do, do, do, do, do filho (Moç97:Maternidade:l.66)

Esse estudo de Tarallo também mostra que os falantes do português usam quase exclusivamente as relativas não-padrão, sendo a cortadora a forma menos estigmatizada e, portanto, a escolhida como substituta da relativa padrão. Esta predomina na língua escrita, em situações formais; por isso, o grande peso que recebe no ensino das relativas na escola, sendo vista como a única estratégia disponível para os falantes do português. Além disso, como apontado por Corrêa (1998), apesar dos onze anos em que permanecem na escola, os alunos de ensino fundamental e médio não são capazes de produzir a relativa padrão em suas produções escritas. Até mesmo no último ano da escolarização básica (terceiro ano do ensino médio), momento em que se esperaria maior frequência e adequação da estratégia relativa padrão, os alunos evitam usá-la.

É interessante referir aqui à tese de Kenedy (2007) de que a estrutura padrão das relativas preposicionadas, apesar de ter sido amplamente estudada pela literatura linguística das últimas décadas como fazendo parte da competência linguística natural dos falantes de uma língua, é um fenômeno que não pode existir naturalmente na gramática das línguas humanas e só é aprendida por meio de processos artificiais, como a escolarização e o letramento. O autor defende essa tese, principalmente, com dados do português brasileiro e europeu, mas tenta ampliá-la para todas as línguas humanas. Para comprová-la, o autor discute vários estudos sobre a aprendizagem de relativas e verifica que realmente as crianças não produzem esse tipo de relativa e optam pelo encaimento de preposição<sup>2</sup>, pela cortadora ou pela copiadora, a depender da língua.

### 3 Estudos funcionalistas sobre as orações relativas

A principal preocupação dos estudos gerativistas é a determinação de estratégias de relativização do português e como/se cada estratégia é realizada por meio de movimento do Np relativizado, deixando uma lacuna ( $e_i$ ) na posição original do termo deslocado. Já o interesse dos estudos funcionalistas sobre as relativas tem sido a determinação das funções discursivas desempenhadas por esse tipo de construção. Abaixo apresentamos as propostas de Fox (1987) e Givón (2001), para, a seguir, propor uma análise para o português a partir do modelo funcionalista da GDF.

Fox (1987) critica o clássico estudo de Keenan & Comrie (1977) sobre as relativas, em que propõem uma hierarquia de acessibilidade de relativização. Nessa hierarquia, algumas posições sintáticas são cognitivamente mais fáceis de processar do que outras, seguindo a escala sujeito → objeto direto → objeto indireto → oblíquo → objeto de comparação. Está subjacente à proposta de Keenan & Comrie que a posição sintática mais fácil de se relativizar é

---

<sup>2</sup>O encaimento de preposição consiste em um fenômeno sintático em que a preposição regente ocorre em uma posição não adjacente ao núcleo regido (Camacho, 2012: 27). Apesar de comum em línguas germânicas, é um fenômeno raro em português. Camacho (2012: 35) defende que a possibilidade de ocorrer, em português, relativas com preposições encaçadas depende do estatuto gramatical ou lexical delas. Confira-se, por exemplo, a gramaticalidade de “O autor que o professor falou *sobre* na última aula” e a não-gramaticalidade de “\*O autor que o professor falou *de* na última aula” (exemplos extraídos de Kenedy, 2007: 11).

a de sujeito e a mais difícil é a de objeto de comparação; sendo assim, a relativização de sujeito está disponível para todas as línguas, enquanto a de objeto de comparação é a mais difícil de ser encontrada translinguisticamente. Os autores também defendem que, se uma língua é capaz de relativizar em dada posição da escala, pode relativizar todas as posições sintáticas mais baixas; por exemplo, uma língua que relativize objeto indireto necessariamente relativiza objeto direto e sujeito. Os resultados de Fox (1987) levam a autora a propor uma releitura do lado esquerdo dessa hierarquia. Ela encontra a mesma taxa de relativas de sujeito e de objeto direto em inglês, o que a leva a propor que não há nenhum tipo de proeminência psicológica do sujeito sobre os outros papéis sintáticos, contrariando o proposto por Keenan & Comrie. Para ela, a distribuição das relativas de sujeito e objeto direto está diretamente relacionada às várias funções discursivas que essas construções desempenham e ao fluxo informacional.

Fox (1987) estuda três tipos de relativas restritivas, diferenciadas com relação à função sintática do Np relativizado (sujeito intransitivo, sujeito transitivo e objeto direto). Para a autora, cada tipo de relativa desempenha uma função discursiva diferente no texto, a partir de uma função discursiva mais geral, a saber, a de “situar o referente que está sendo introduzido como uma parte relevante do discurso precedente, em outras palavras, elas primeiramente justificam a introdução do referente” (Fox, 1987: 861).

As orações restritivas que têm como Np relativizado o sujeito intransitivo têm a função discursiva específica de caracterizar as entidades representadas pelos nomes núcleos (que normalmente são não-definidos), descrevendo essa nova entidade; por isso, aparecem preferencialmente em inglês com o verbo *be* em orações estativas. Um exemplo desse tipo em nosso corpus pode ser:

- (07) eu vejo que não há rapariguinha nenhuma de treze, catorze anos que sim, *que seja enfim uma, uma, uma rapariguinha s[...], s[...], s[...], direita, séria.* (PT95-JuventudeOntemHoje:l.36-7)

A oração restritiva com objeto direto relativizado tem a função discursiva de ancorar/unir uma entidade discursiva a outra por meio de uma terceira entidade-âncora, que não carrega informação nova-marcada. Considere-se o exemplo fornecido pela autora:

- (08) This man *who I have for linguistics* is really too much. (Fox, 1987: 859)

Nessa sentença, *I* funciona como âncora entre a entidade do nome-núcleo *this man* e a oração restritiva, assinalando a importância desta entidade dentro do contexto. A autora também apresenta outras características desse tipo de relativa: tem sujeitos pronominais, baixa transitividade e verbo semanticamente apagado, tal como *have* em inglês.

Com relação às orações restritivas que têm como Np relativizado o sujeito transitivo, Fox (1987: 859) apresenta o exemplo reproduzido em (09). A autora defende que esse tipo de construção usa o objeto da relativa como vínculo entre duas orações, como ocorre com o pronome *her* em (9b), e tem a função de apresentar o conteúdo da relativa como sendo relevante para o discurso precedente.

(09) a. Did they get rid of Kuleznik yet?

b. No in fact I know somebody *who has her now*. (Fox, 1987: 859)

Givón (2001: 176), por seu turno, define a oração relativa como a que codifica um estado ou evento, em que há um participante correferente ao núcleo modificado pela relativa. Para ele, essa “condição” semântica é compartilhada por todos os tipos de oração relativa, inclusive, pelas não-restritivas. O autor defende que as orações relativas se distinguem a partir de “condições” pragmáticas, que se correlacionam ao tipo de referente (definido, indefinido, não-referente) e ao *status* da informação (nova ou pressuposta).

Ao realizar uma construção relativa com núcleo definido, o Falante não pretende afirmar a informação veiculada, mas ao contrário assume que é conhecida ou familiar para o ouvinte, ou seja, que ele pode ter acesso à informação com base em informações existentes em sua memória episódica.

(10) → as mulheres *que fiavam, com a, com saliva da boca* e estavam com a roca fiando com um fuso. enrolavam aquilo, quando aquilo estava em fio (PT96:Linho:l.73)

Quando a oração relativa está modificando um núcleo indefinido, sua função é apresentar informação nova ao ouvinte sobre o referente que está sendo introduzido. Essa informação deve servir para descrever um referente que possivelmente será referido na sequência do texto.

(11) mais tarde comecei a fazer, quer dizer, desenhos assim de criança, sabes, nos cadernos de escola primária e lembro-me que em mil novecentos e oitenta tive um primo *que estava a tirar o curso por correspondência de desenho e pintura*, Alberto Torrão, (Moç83: CantarPintar:l.29)

Outro tipo de relativa restritiva é o que modifica núcleos não-referentes, em que o Falante veicula informação nova e não-contestável ao Ouvinte. Nesse caso, tanto a oração principal como a subordinada estão no modo *irrealis* e nenhuma pode ocorrer isoladamente.

- (12) por exemplo, uma pessoa formada pode, com o pequeno que, no, no, qualquer soma *que tiver*, pode arranjar uma máquina, eu também comecei assim (To-Pr96:Costureira:l.90)

As relativas não-restritivas, segundo o autor, também apresentam informação nova, mas, nesse caso, parentética e menos central no desenvolvimento temático do discurso. A informação pode unir o referente cataforicamente, quando modifica núcleos indefinidos, ou anaforicamente, quando modifica núcleos definidos.

- (13) → eu acho que para o trabalhador, a realidade continua a mesma. e na realidade cultural isso fica... muito mais difícil. porque, particularmente no Estado de São Paulo, hoje, *onde a gente vinha com alguns projectos... de cultura, de popularização da cultura*, e isso tudo foi, ah, foi derrubado, foi uma derrocada muito grande. (Bra95:PlanoReal:l.6)

Adotamos um ponto-de-vista funcionalista diferente do de Fox e Givón, no sentido em que entendemos a gramática da língua, seguindo a GDF, como sendo constituído de dois componentes: a formulação e a codificação. O primeiro refere-se à formulação dos aspectos pragmáticos e semânticos da língua e o segundo à codificação morfossintática e fonológica desses aspectos. Isto quer dizer que as orações relativas devem ser explicadas não só a partir de fatores semânticos e pragmáticos, mas também a partir de como esses aspectos semânticos e pragmáticos são codificados morfossintática e fonologicamente. Nessa perspectiva, a função sintática do Np relativizado ou o *status* dado/novo da informação da oração relativa não são suficientes para compreender o uso da relativa restritiva ou não-restritiva.

Segundo a GDF, a oração não-restritiva é formulada no Nível Interpessoal como um Ato Discursivo Subsidiário, que se relaciona a um Ato Discursivo Nuclear (a oração principal). Para comprovar o estatuto de Ato da não-restritiva, Hengeveld & Mackenzie (2008: 57) retomam Dik (1997: 41-2), que apresenta como argumento a possibilidade de as não-Restritivas (i) apresentarem modificadores ilocucionários, tais como *francamente* e *(in)felizmente*; (ii) terem contorno entonacional e *status* ilocucionário independentes da oração principal.

Segundo Hengeveld & Mackenzie (2008: 58), a oração não-Restritiva tem função retórica *Aside*, pois fornece informação de fundo com relação ao indivíduo referido no Ato Nuclear. Além disso, os Conteúdos Comunicados de ambos os Atos apresentam um Subato Referencial, que evoca semanticamente a mesma entidade.

Vale a pena destacar também a possibilidade de o Ato Subsidiário, representado pela oração não-restritiva, poder interromper o Ato inicial antes de sua finalização, como no exemplo abaixo:

- (14) há um, há um ditado aqui em São Tomé que diz que... Deus fez o mar para todos os peixes, mas o tubarão *que tem a fama* é que se apossou do mar. (To-Pr96-Pesca:l.94)
- (15) o tubarão (começo de  $A_I$ ), que tem a fama ( $A_J$ ), é que se apossou do mar (fim de  $A_I$ ).

O propósito de se violar o princípio de iconidade com esse tipo de estrutura é salientar determinada porção discursiva em detrimento de outra, no caso, a porção mais enfatizada é o fato de o tubarão ter se apossado do mar, o que está marcado também pelo uso da clivagem.

Já a oração restritiva é formulada semanticamente, o que significa dizer que não desempenha nenhuma função pragmática. De fato, Hengeveld & Mackenzie (2008: 57) defendem que as relativas restritivas funcionam como modificadores ( $\sigma$ ) de um nome-núcleo (h) num molde semântico, tal como representado a seguir:

- (16)  $(\pi v_1: [h (v_1)_\varphi]: [\sigma (v_1)_\varphi])$  (Hengeveld & Mackenzie, 2008: 139)

A variável  $v$  representa a posição para a categoria semântica (Conteúdo Proposicional (p), Episódio (ep), Estado-de-coisas (e), Indivíduo (x), Tempo (t), Locação (t), Quantidade (q), Razão (r) e Propriedade Lexical (f).

Abaixo, há um exemplo ilustrativo de restritiva modificando um Indivíduo:

- (17) e em segundo, se de facto, efectivamente, o governo, quando faz essas leis, tem mesmo na mente que também, hum, essas crianças *que a gente tem*, ao ficarem em casa só por dois meses, conseguem mesmo efectivamente ter o afecto próprio, hum, se é possível mesmo isso. (Moc97:Maternidade:l.35)

Nesse caso, um estado-de-coisas (*a gente ter*) em que um Indivíduo (*crianças*) está envolvido é usado para descrevê-lo. O fato de a relativa identificar seu referente como participante de um estado-de-coisas a difere dos adjetivos e expressões adjetivas, apesar do compartilhamento de certas características (posição pós-nominal, valor atributivo, função de modificador nominal). Pode ser esse fato que leva vários autores de livros didáticos a tratar as adjetivas como equivalentes a adjetivos, restringindo-se a propor aos alunos exercícios de transformação de adjetivos em orações adjetivas e vice-versa, sem referirem a diferenças estilísticas, pragmáticas e/ou semânticas derivadas do uso de uma ou outra estratégia. Observe-se que, no exemplo em (17), a Restritiva representa um estado-de-coisas (e), porque ambas as orações ocorrem simultaneamente. Entretanto, quando o tempo da oração principal é absoluto, isto é, independente do tempo da relativa, esta pode ser expressa semanticamente como um Episódio, como em (18).

(18) é que, quando ia a sair, em vez de utilizar o caminho que dava saída, portanto, de casa, eh, quis cortar. portanto, então viu que eu que estava ali, sentado, mas adormecido. eh, é um facto *que eu nunca mais esqueci na minha vida* (Moç86:Chuva 1.58)

Além da categoria semântica de Indivíduo, também é possível a modificação de nomes-núcleo de outras categorias semânticas: Conteúdo Proposicional, Estado-de-coisas, Propriedade Lexical, Tempo, Lugar, Maneira, Razão e Quantidade<sup>3</sup>, ou seja, de todas as categorias semânticas existentes no modelo da GDF, com exceção da Propriedade Configuracional, tal como exemplificado abaixo.

(a) Conteúdo Proposicional:

---

<sup>3</sup>Não encontramos na GDF nenhuma referência à possibilidade de a oração relativa ser constituída pelas categorias semânticas episódio e propriedade lexical; entretanto, admitimos a existência desses tipos em português e postulamos seu funcionamento de maneira similar à das outras categorias semânticas, isto é, a oração relativa funciona como um modificador de núcleo lexical, independentemente da categoria semântica deste. No corpus, não foi encontrado nenhum exemplo de relativa modificando episódio; por isso, acreditamos que é um tipo raro, mas possível, como atestado pelo exemplo “Vi um filme ontem. O final *que impressionou a todos* foi bastante trágico”.

- (19) pois! no meu caso, que estou no jornal, claro, aí está! surgiu agora a hipótese de entrevistar os, os Extreme, mas isso é uma hipótese *que surge... de cinco em cinco anos*, se é que surgir! (PT96:MeioPequeno:l.83-4)
- (b) Estado-de-Coisas:
- (20) - o ano passado, quando t[...], aproveitou-se um congresso de médico *que não se foi*, aí, em vez de nós irmos ao congresso, no meio do caminho eu disse "vamos a Minas." (Bra80:ArteUrbana:l.4)
- (c) Tempo
- (21) em primeiro lugar, temos que ter em conta que uma mãe, desde o primeiro m[...], dia da sua gravidez, até o último mês que é o nono mês *em que a senhora tem lá o seu bebé*, terá sofrido tantos, tantos gastos a nível... físico (Moç97:Maternidade:l.18)
- (d) Locação
- (22) sempre faz-se um, um controle para que o gado não, não, não, não estrague, portanto, eh, as machambas que existam em redor do, do, lá do sítio *onde for a, a pastagem*. (Moç86:MeniniceMachamba:l.35)
- (e) Maneira
- (23) → eh, portanto, eh, eu, da forma *em que eu vivi*, não é, já estando num, num, portanto, num órgão assim de informação, eu poderei comentar a minha vida a muitos daqueles que também vive a me[...], a mesma situação. (Ang97:JovemGaspar:l.81)
- (f) Quantidade
- (24) mas o meu pai nunca fazia assim grandes porção de centeio *que chegasse a debulhar* para fazer centeio para mandar moer. (PT94-AmassarCozer:l.144)
- (g) Razão
- (25) e eu tive a prudência de não cair nesse aspecto. não por razões eleitorais *que nunca estiveram no meu espírito* (PT90:PoderesCE:l.57)
- (h) Propriedade Lexical

- (26) agora, eu digo o seguinte: se eu tivesse a mentalidade que eu tenho hoje, a experiência *que eu tenho hoje*, (Bra80:Ciumenta:l.36)

Em resumo, quase todas as categorias semânticas podem ser modificadas por uma oração relativa e a própria oração relativa pode pertencer a duas diferentes categorias semânticas: Estado-de-coisas ou Episódio. Isto é, a oração restritiva consistirá, semanticamente, em um Episódio, quando o tempo da subordinada for absoluto, ou num Estado-de-coisas, quando for relativo ao tempo da oração principal.

As orações relativas restritivas e não-restritivas, formuladas, respectivamente, no nível semântico e pragmático da GDF, serão codificadas morfossintaticamente da mesma forma, isto é, um molde de sintagma nominal recruta um molde para oração, formando uma estrutura mais complexa. Isto quer dizer que a distinção semântico-pragmática entre as duas relativas será implementada fonologicamente.

Isto é, o Nível Fonológico (NF) interpreta a sentença não-restritiva em (14-15), repetida abaixo, como consistindo de dois Atos Discursivos ( $A_I$  e  $A_J$ ) em relação de dependência e mobiliza três sintagmas entonacionais, sendo dois com contorno não-final e um com contorno final. É importante no NF a distinção na prosódia da função retórica *Aside*, que distingue ambos os tipos de relativas. As orações restritivas, por sua vez, são codificadas como constituídas por apenas um Ato Discursivo.

- (14') há um, há um ditado aqui em São Tomé que diz que... Deus fez o mar para todos os peixes, mas o tubarão *que tem a fama* é que se apossou do mar. (To-Pr96-Pesca:l.94)

- (15') o tubarão (começo de  $A_I$ ), que tem a fama ( $A_J$ ), é que se apossou do mar (fim de  $A_I$ ).

A contribuição de se entender a oração relativa a partir dos pressupostos teóricos da GDF para o ensino reside justamente na concepção de gramática, que é vista como constituída por quatro níveis (pragmático, semântico, morfossintático e fonológico). Assim, é possível identificar as tradicionais orações adjetivas explicativas como formuladas pragmaticamente para fornecer informação de fundo sobre o referente (função retórica *Aside*); e as tradicionais adjetivas restritivas como sendo formuladas semanticamente para restringir um núcleo nominal. É importante que o aluno perceba esse funcionamento da língua para compreender as intenções por trás do uso de um ou outro tipo de relativa, assim como é fundamental que ele saiba usar essas relativas adequadamente para atingir seus objetivos comunicacionais. É ainda mais importante que ele perceba que não há distinção morfossintática entre as duas construções, pois a codificação delas se dará apenas no nível fonológico, por meio da prosódia. Isso explica, com mais clareza, por que as explicativas são demarcadas por vírgulas na escrita.

#### 4 Revendo as relativas cortadoras

Corrêa (1998), em um estudo gerativista sobre a aquisição das relativas preposicionadas por falantes brasileiros, percebe que a relativização da posição de adjunto adverbial (que são aquelas frequentemente iniciadas por Nps de tempo e lugar) apresenta um comportamento distinto das outras posições preposicionadas relativizadas. A autora verifica que o adjunto adverbial é sempre a função preposicionada mais relativizada (em comparação com objeto indireto, genitivo, complemento verbal e complemento nominal) e é a que é mais realizada com a presença de preposição, independentemente do nível de escolaridade. Se as outras funções preposicionadas preferencialmente não apresentam a preposição e, apenas com a relativização do adjunto adverbial, se mantém um equilíbrio entre presença/ausência de preposição, pode-se pensar que, nesse caso, a preposição está funcionando de maneira diferente. A autora (1998: 85) explica esses resultados, afirmando que a ausência da preposição nos adjuntos adverbiais causa mais ambiguidade, pois não é possível se recuperar a relação semântica entre o verbo e o adjunto com a mesma facilidade com que se recupera quando é um argumento requerido pela grade temática do verbo; por isso, o falante opta por não apagá-la nos adjuntos adverbiais; entretanto, isso não explica por que, em alguns momentos, o falante apaga a preposição nos adjuntos adverbiais.

É importante também apontar uma característica específica da preposição *em* que a distingue das outras preposições nos dados de Corrêa: a autora conclui que as preposições fracas (*a*, *com* e *de*) são mais apagadas do que as fortes (*sobre*, *para*...), pois essas, além de apresentar função relacional, tem sentido; entretanto, a autora afirma que esse fator não interfere no funcionamento da preposição *em*, que, apesar de ser fraca, tem baixa frequência de apagamento. Não acreditamos que, da forma dicotômica como foi proposto pela autora, o *status* lexical ou gramatical das preposições possa explicar o apagamento ou não da preposição nas cortadoras. Na verdade, um dos problemas dessa explicação está justamente no fato de que não há consenso entre os linguistas quanto a quais preposições são lexicais e quais são gramaticais. De fato, o rol de preposições elencado como gramatical ou lexical difere de acordo com a teoria adotada, pois não há critérios realmente válidos para se comprovar essa distinção. Isso se deve, como ocorre com outras classes gramaticais, ao fato de não ser possível pensar em elementos lexicais e gramaticais de maneira dicotômica, e sim como um *continuum*. Um importante estudo sobre as preposições e que vai de encontro ao postulado por Corrêa sobre o *status* gramatical/lexical das preposições foi realizado por Ilari *et al.* (2008). Os autores defendem que as preposições devem ser consideradas mais ou menos gramaticalizadas a partir de sua disposição em uma escala

que indique a gradação da gramaticalização. Aqui vale lembrar que são os elementos lexicais que originam os gramaticais, sendo assim, muitos elementos apresentam comportamento ambíguo, pois têm características de elementos lexicais e gramaticais. Outra importante contribuição ao estudo do *status* lexical/gramatical das preposições foi dada por Pezatti *et al.* (2010). Os autores estudam as preposições identificando traços comuns que originam dois grupos prototípicos: o primeiro constituído pelas preposições *a, de, para, em, por, com* e *sem*; e o segundo pelas preposições *ante, após, até, contra, desde, entre, sob* e *sobre*. Segundo os autores, o primeiro grupo **tende** a ter *status* mais gramatical e o segundo grupo *status* mais lexical, a partir de critérios que refletem o funcionamento das preposições nos níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico.

Nossos dados mostram que a única relativa preposicionada realmente produtiva é a iniciada pela preposição *em* que normalmente indica tempo (27) ou lugar (28) e introduz constituintes preposicionados não-argumentais. Quando indica lugar compete com o pronome relativo *onde* que juntamente com o pronome *cujo* (uma ocorrência apenas) marca caso e diferentemente deste ainda é bastante produtivo na língua.

(27) e quando eles dizem que o período de, de, que estão no auge e para ganhar dinheiro que é curto, mas esse, com essa, essa passagem que eles têm, só num ano *que eles estivessem a ganhar*, há operários que não ganham em toda a vida. (PT97:DesportoDinheiro:l.56)

(28) → claro que ao retirar o coberto vegetal, eu estou imediatamente a provocar a situação do surgimento de ravinas. a água da chuva, é, são, zonas *que continua a chover intensamente*. (Ang97:GuerraAmbiente:l.65)

Apesar da alta predominância dessa preposição em contextos semânticos de tempo e lugar, ela também pode ser usada para expressar sentidos mais metafóricos, o que está de acordo com o postulado por Ilari *et al.* (2008: 668) sobre as preposições: “(. . .) indicar relações espaciais ainda é uma das principais tarefas das preposições como classe” e “é a partir dessa base que se passa a outros esquemas imagéticos (tempo, causa etc.) através de uma série de metáforas cognitivas.”

(29) → de facto, é um caso estranho, que uma ilha tão pequena com... vinte mil quilómetros quadrados, e é, e é bombardeada ou ex[...], eh, in[...], confrontada com diversidade de línguas, ou dialectos. vinte, pelo menos, oficialmente registados

- hum, hum, hum.

→ são vinte, *em que a língua franca é o tétum*. (TL99:Regras:l.28)

Com relação às relativas cortadoras, também predomina o apagamento da preposição *em*, em constituintes não-argumentais que indicam tempo e lugar. Entretanto, os dados mostram que há uma grande diversidade de preposições apagadas (*a*, *de*, *com* e *sobre*)<sup>4</sup>. Nestes casos, a preposição encabeça um constituinte argumental, o que significa dizer que ela é requerida pelo verbo da oração relativa. O apagamento se deve ao fato de o interlocutor facilmente recuperar a relação semântica existente entre o predicado e o argumento. A preposição *de* é apagada especificamente com os verbos “*lembrar de*” e “*gostar de*”. A preposição *a* com os verbos “*assistir a*”, “*ir a*”, “*resistir a*”, “*referir-se a*” e com o nome “*habitado a*”. Já a preposição *sobre* (em alguns casos, equivalente a *de*) está intimamente ligada a predicados com argumentos que indicam assunto, tais como *tratar*, *falar*, *dizer* e *debruçar-se (sobre tal assunto)*. A preposição *com* é apagada nas estruturas “*estar de acordo com*”, “*ter reservas negativas com*”, “*sentir-se melhor com*” e “*ficar abismada com*”. Só há uma ocorrência em que a preposição *em* é apagada em um argumento, o que nos leva a pensar que essa preposição está se especializando na introdução de constituintes não-argumentais com acepção semântica de tempo e lugar. O exposto neste parágrafo é exemplificado a seguir para cada uma dessas preposições (os parênteses indicam a ausência da preposição):

- (30) se, de repente, por qualquer motivo, você pegar essas populações de população[...], de... rurais, portanto, de agricultores e transferi-los para uma zona ecológica (**a**) *que eles não estão habituados*, a primeira coisa que eles vão fazer é pôr em prática aquilo que estão habituados a fazer.
- (31) aí, quando e[...], ela escolhia a roupa (**de**) *que eu gostava na minha frente*, eu ficava brava (Bra95:MuitoIguaisDiferentes:1.93)
- (31) mas eu me dou bem, a gente não briga assim, só tem, às vezes, umas coisas (**com**) *que a gente não está de acordo*, não é, (Bra80:Ciumenta:1.33)

---

<sup>4</sup>É interessante atentar para o fato de que Ilari *et al.* (2008: 633) defendem que as preposições “a”, “de”, “com” e “em” estão em um estágio mais avançado de gramaticalização, pois são encontradas em um número muito maior de construções sintáticas, realizam tarefas mais “tipicamente” gramaticais e podem amalgamar-se com artigos, pronomes e advérbios. Segundo os autores (2008: 641), as preposições mais gramaticalizadas são as únicas responsáveis pela introdução de argumentos verbais, com exceção, é claro, da preposição “sobre”, que, apesar de menos gramaticalizada, também introduz argumentos.

- (33) depois também o povo, o povo perdeu esperança no Estado, perdeu confiança do Estado porque trabalha um ano, dois, fica sem receber, e isso são problemas sérios (**sobre os quais**) *que... o governo deve... debruçar-se.* (GB95:Democracia:l.37-8)
- (34) ele, de madrugada, ele saía, recebia aquele chamado, vinham buscar ele em casa, e eu ficava numa, numa casa (**em**) *que eu fui morar*, enorme, sozinha, Maria Lúcia! (Bra80:Ciumenta:l.54)

Vinte e três ocorrências de relativas que relativizam constituintes argumentais são cortadoras; enquanto apenas cinco ocorrências, com a preposição *a* e *com*, não há apagamento da preposição. Portanto, é quase categórico o apagamento a preposição quando o Np relativizado é um constituinte argumental.

Defende-se aqui que a alta presença da preposição *em* em constituintes não-argumentais encontrada por Corrêa (1998) e comprovada em nossos dados se justifica pelo funcionamento específico dos Nps de tempo e lugar, e não pelo *status* lexical ou gramatical da preposição que introduz a relativa. Para discussão do comportamento peculiar dos Nps de tempo e lugar, considerem-se os exemplos:

- (35) "ó! tu se cuida, malandro! te cuida que eu vou, eu, eu vou te achar, heim! e a hora *que eu te achar*, fica ruim!" (Bra80:CriarFilhos:l.61)
- (36) → ficou todo raspado, do, do meu lado, do lado *que eu conduzia* com o lado em que ele conduzia (PT72:AoVolante:l.58)

A maioria dos autores gerativistas analisa esse tipo de construção como autênticas orações relativas, que são analisadas como *pied piping*, quando há preposição antes do pronome relativo, ou como cortadoras, quando não há a preposição, como nos dois exemplos citados; porém, vamos defender que, na maioria das vezes em que a preposição não está presente, estas construções não são relativas “verdadeiras”.

Esse tipo de oração subordinada é analisada neste artigo ora como verdadeira relativa ora como uma oração subordinada introduzida por conjunção. Antes de expor esse posicionamento, é interessante observar que essas estruturas chamaram a atenção de diferentes autores, que, em diferentes perspectivas teóricas, apontam para a especificidade do comportamento de construções com Nps de Tempo e Lugar.

Na teoria da gramaticalização, essas construções são estudadas como possíveis casos de mudança linguística, que originam locuções conjuntivas.

Longhin-Thomazi (2011) defende que vários jutores perifrásticos derivam historicamente de formas nominais em contextos de oração relativa. A autora analisa a construção (*na*) *hora que*, defendendo que há um uso temporal que marca o horário concreto de realização do evento (37) e outro uso em que o sentido de tempo cronológico se esvai e as construções recebem acepções semânticas de causa (38) e de condição (39).

(37) (...)... minha mãe falô(u) que eu não nascia... que eu só nasci *a hora que ele entrô(u)*... minha mãe fala que eu nasci... seis horas da manhã... (Iboruna/AC:106)

(38) (...) aquela parte cheia de:... no reboque e a o(u)tra parte pintada que ele é azul... que antes tinha um papel de parede emba(i)xo daí a hora *que tirô(u) o papel de parede* a gente viu que tava aquele (cheio) aquele mofo (Iboruna/AC:054)

(39) aí coloca a panela no fo::go... põe um po(u)co de ó::leo... nós coloca a::lho... [Doc.: hum] cebo::la... [Doc.: uhum] *hora que tivé(r)*... *um po(u)co já bem do(u)radi::nho*... a gente refoga o arroz::... né?... (Iboruna/AC:125)

As características de (*na*) *hora que* que contribuem para essa interpretação, segundo a autora, são: quanto à fusão, a ordem dos elementos na locução não se modifica e não é possível inserir material interveniente; no tocante à erosão, há a perda da preposição *em* tanto antes como depois do Np e, em frequência menor, ocorre também o apagamento do artigo *a*; a descategorização é visível na falta de flexão de número no Np e na perda de concretude semântica que leva à interpretação causal e condicional.

Também na teoria da gramaticalização, Pereira e Paiva (2004) defendem que as construções com os Nps *hora*, *dia* e *época* passaram por um processo de gramaticalização e analisam-nas como orações hipotáticas temporais, introduzidas por locução conjuntiva, pois apresentam as seguintes características: (i) sintáticas (predomínio de sujeito explícito, não-correferencial e pronominal, e anteposição da oração subordinada); (ii) semânticas (expansão do sentido de tempo para outras relações semânticas: tempo/ condição (para os Nps *hora* e *dia*) e tempo/causa (para o Np *época*)).

De Vries (2002: 56), em um estudo tipológico, atenta para o fato de que as construções com Nps de tempo, lugar e maneira são um tipo específico de relativa. O autor denomina-as relativas adverbiais porque se caracterizam por possuir uma posição adverbial temporal/locativa/modal que é a lacuna na

oração subordinada. O autor defende que há três tipos de relativas adverbiais, definidas da seguinte forma:

(i) *Um pronome relativo normal é usado. Uma adposição [preposição no caso do português] na oração relativa determina o papel interno do núcleo.*

(ii) *Um pro-advérbio relativo especializado ou conjunção é usado. É esse elemento que determina o papel interno do núcleo. A diferença com um complemento nominal ou uma oração adjunto é sutil, às vezes, ausente.*

(iii) *Há somente um complementizador relativo padrão. Portanto o próprio núcleo determina seu papel interno. Essa construção é mais ou menos gramaticalizada, portanto, é inequivocadamente uma construção relativa.*

As seguintes estruturas são representativas de cada tipo em inglês: (i) *the time on which, the city in which, the way in which*; (ii) *the time when, the place where*; (iii) *the time that; the way that*.

Na perspectiva da GDF, Hengeveld & Mackenzie (2008) distinguem, dentre as relativas com Nps de Tempo, aquelas que funcionam como modificadores do nome, que são realmente relativas como em (40), e as que são argumentos de nomes de Tempo e que, portanto, não são relativas (41)<sup>5</sup>. Para isso, os autores se baseiam justamente no conceito de lacuna anafórica, tomado emprestado da gramática gerativa.

(40) *The time at which he arrived was fairly late.* (Hengeveld & Mackenzie, 2008: 261)

(41) *The time that/Ø he arrived was fairly late.* (Hengeveld & Mackenzie, 2008: 261)

Para os autores, no segundo exemplo, o nome de Tempo é seguido de uma oração subordinada completa, que é argumento do nome núcleo<sup>6</sup>; não se

<sup>5</sup> Observe-se que as construções referidas correspondem, respectivamente, às relativas adverbiais (i) e (iii) de de Vries.

<sup>6</sup> Orações desse tipo, assim, assumem a função semântica Referência que também está presente em expressões como: *the father of the boy, the boy's father* (Hengeveld & Mackenzie, 2008: 203). Segundo Hengeveld & Mackenzie (2008: 203), *father* é um núcleo configuracional de Indivíduo, pois é um nome relacional; além disso, *the boy* é um argumento de *father*. Trata-se de uma relação semântica geral, e o exemplo pode ser parafraseado como ‘alguém é pai com referência a/considerado em relação ao garoto’. Segundo os autores (2008: 203), essa estrutura se manifesta principalmente em construções especiais para nomes relacionais, posse inalienável, relações de parentesco e expressões locativas, sendo exemplos destas últimas expressões como “the top of the mountain”, “the inside of the box” e “the capital of the country”.

trata de uma oração relativa, porque não há lacuna anafórica. Isto significa que a oração é um argumento do Np de Tempo e, portanto, forma um núcleo configuracional de Tempo (diferentemente da relativa que modifica um núcleo lexical). Atente-se para o fato de que essa análise é contrária à de de Vries: Hengeveld & Mackenzie postulam que o terceiro tipo de relativa adverbial postulada por esse autor e tida como indubitavelmente uma oração relativa não é de fato uma oração relativa, porque não tem lacuna anafórica. Apesar de Hengeveld & Mackenzie (2008) utilizarem a expressão “lacuna anafórica”, emprestado da teoria gerativa, para definir o processo de relativização, originariamente esse termo marca o lugar de extração do Np relativizado dentro da oração relativa, isto quer dizer que o constituinte extraído da oração deixa uma categoria vazia na posição de base que, na relativa não-padrão, deve ser preenchido pelo pronome nulo ou pela cópia. Nesse sentido, reproduzimos as palavras de Souza (2007: 48-9):

No Princípio de Projeção, os itens lexicais assumem parte importante na representação sintática. A categoria lexical do núcleo do sintagma determina a categoria do sintagma, e a estrutura temática do predicado determinará os componentes mínimos da sentença. Esse princípio garante que não se pode aumentar ou diminuir o número de argumentos ou posições argumentais selecionadas por um núcleo, mas podemos deslocar o constituinte, através de Mova- $\alpha$ , deixando, em seu lugar, um vestígio (t), que pode formar cadeia – sequência de posições de mesmo índice. Enquanto esse Princípio determina, com base em propriedades lexicais, quais são as configurações que devem aparecer em cada nível sintático, o Critério- $\theta$  determina quais os elementos que aparecem nessas configurações. E, quando o Critério- $\theta$  exige uma posição que não está realizada foneticamente, ocorre, então, uma categoria vazia (ec).

Percebe-se, portanto, que a Gramática Gerativa se preocupa com o preenchimento de posições sintáticas e com o movimento de constituintes, o que não é uma preocupação do funcionalismo<sup>7</sup>; portanto, não acreditamos que o conceito de lacuna anafórica seja apropriado para a definição as relativas.

---

<sup>7</sup>Não pretendemos aqui (des)valorizar a teoria gerativa, mas sim esclarecer que os mesmos termos podem ser usados por diferentes teorias com objetivos semelhantes, mas normalmente não idênticos. Frisamos que o gerativismo tem pretensões muito distintas do funcionalismo, já que pretende determinar a gramática núcleo, a língua-I, definida como um objeto mental que é o saber que as pessoas têm da língua e que lhes permite falar e entender essa língua (Chomsky, 1994).

Em nosso corpus, representativo de todas as variedades oficiais do português falado, encontramos vários exemplos desse tipo de construção, principalmente com Nps de Tempo (*hora, momento, tempo, ano e dia*). Assim como Hengeveld & Mackenzie, defendemos que essas construções em português são orações complemento. A ausência da preposição nas orações complemento faz com que se perca a relação semântica de tempo e lugar entre o Np e a oração relativa. Isto significa que a oração subordinada não fornece mais uma especificação sobre o Np relativizado, mas sobre o evento da oração principal como um todo, isto significa também que a perda de caso leva à ausência de um participante compartilhado, característica definitória das orações relativas. Em (35), por exemplo, teríamos a análise a seguir:

(35') e [*a hora que eu te achar*], fica ruim!

Apesar de defendermos a mesma análise de Hengeveld & Mackenzie (2008) para esse tipo de construção em português; não explicamos a diferença entre a oração relativa e a oração complemento a partir do conceito de lacuna anafórica, mas sim a partir da transitividade do Np-núcleo, o que significa dizer que, quando o Np é transitivo, a oração subordinada será seu complemento e consequentemente não será oração relativa; por outro lado, quando o Np não for transitivo, a oração subordinada funciona como modificador e é uma oração relativa. É justamente essa diferença encontrada pela gramática tradicional entre adjunto adnominal e complemento nominal. No exemplo acima, a oração subordinada está completando o sentido do nome *hora*, não sendo possível retirar a oração subordinada, senão a sentença se torna agramatical; portanto, trata-se de uma oração completiva. É claro que um mesmo Np pode ser modificado por uma oração relativa ou ser completado por uma oração completiva, a depender do contexto linguístico. Nesse sentido, compare-se a sentença anterior com a oração relativa em (42).

(42) então ali nós acordamos estas crianças, apesar que é um pouco de sacrifício, não é, eh, e é, é incomodar a criança enquanto está a dormir, mas é aquela hora que nós achamos porque, prontos, eh, é logo, é a hora *em que eles estão ali, eh, praticamente, assim, eh, reunidas*. (Ang97:MeninosdeRuas:1.24)

Outro critério para distinção entre a oração relativa e a oração complemento é substituir a oração por um adjetivo ou locução adjetiva, pois apenas a oração relativa desempenha a mesma função modificadora que o adjetivo e a locução adjetiva: *é a hora certa* / \* *a hora certa, fica ruim*. É preciso acentuar que esse critério não deve ser aplicado isoladamente, pois propriedades estilísticas

que distinguem adjetivos e locuções adjetivas de orações relativas não são alcançados pela sua aplicação, o que pode comprometer a análise.

Não se pretende, é claro, que a escola discuta esse tipo de questão teórica; porém, ela está aqui colocada, já que problematiza alguns pontos que seguramente podem levar o aluno a uma reflexão sobre a relação de subordinação na língua portuguesa: (i) o estatuto do constituinte *que* como pronome relativo ou conjunção; e (ii) a oração cortadora interpretada como uma oração completiva. Essas questões podem seguramente enriquecer o ensino das relativas na escola.

## 5 Contribuições para o ensino de gramática reflexiva na escola

Diversas pesquisas, em diferentes línguas, seja na área de aquisição de língua materna (Kennedy, 2007; Grégis, 2003), na área de ensino-aprendizagem (Corrêa, 2008), ou na sociolinguística (Tarallo, 1983; Lemle, 1978), apontam para a (quase) inexistência da relativa padrão na fala e na escrita, mesmo entre estudantes do último ano do ensino médio ou entre falantes universitários (cf. Corrêa, 2008). Além disso, os pronomes relativos, quando usados, apresentam inadequação no seu emprego, o que é facilmente comprovado pela confusão que os estudantes fazem ao tentar usar o pronome *cujo(a)(s)*.

Mesmo sem saber usar adequadamente os pronomes relativos, de maneira geral, ou as relativas preposicionadas, os falantes reconhecem o prestígio que pesa sob a estratégia padrão de relativização. Corrêa (2008) demonstra que esses mesmos alunos que reconhecem o prestígio da relativa preposicionada desenvolvem diversas formas de esquiva quando em contexto de uso formal da língua. A partir dessa constatação, é necessário que os professores reflitam sobre duas questões fundamentais: (i) Até que ponto as infindáveis e cansativas aulas sobre pronomes relativos e sobre a estratégia padrão de relativização são úteis para o processo de ensino-aprendizagem de leitura e escrita na escola? E (ii) de que maneira e com que finalidade se deve ensinar a relativa padrão e os pronomes relativos? É claro que (re)conhecer os diversos pronomes relativos disponíveis na gramática tradicional é importante para os alunos, porque esses pronomes estão constantemente presentes nos textos formais predominantes na escola e porque a estratégia padrão de relativização é extremamente valorizada pela tradição gramatical e pelo ensino. Entretanto, é indispensável e urgente deixar de ver a estratégia padrão como “melhor” que as estratégias não-padrão, situação que ocorre predominantemente na escola e que mascara um ponto-de-vista preconceituoso sobre as variedades não-padrão da língua portuguesa; e

começar a reconhecer as diferentes estratégias como formas alternativas de relativização determinadas pelo contexto discursivo.

A partir do exposto neste artigo, propomos que o ensino de oração relativa seja feito de maneira reflexiva e contextualizada, para que o aluno seja levado a:

- \* identificar as diferentes “estratégias de relativização do português”, reconhecendo a estigmatização que pesa sobre as estratégias não-padrão e aprendendo a usar a relativa padrão como forma de adequação de seu discurso, segundo diferentes graus de formalidade;

- \* reconhecer formal, semântica e pragmaticamente os diferentes tipos de oração relativa disponíveis na língua portuguesa, ampliando a distinção semântica tradicional entre explicativas e restritivas e levando o aluno a refletir linguisticamente sobre esses dois tipos de relativas;

- \* entender e saber utilizar a oração relativa como forma de enfatizar partes da informação veiculada como mecanismo de criatividade na leitura e produção de textos;

- \* conscientizar-se sobre a predominância do pronome relativo *que* na construção das relativas, sem deixar de (re)conhecer a diversidade de pronomes que normativamente se prescreve (*quem, o qual, cujo, que, quanto e onde*);

- \* entender o estatuto do pronome relativo, como mecanismo coesivo de união das duas orações (a principal e a relativa); problematizando o estatuto do constituinte que introduz as relativas cortadoras (com nome-núcleo de tempo e lugar), já que, em certos casos, ele parece funcionar mais apropriadamente como um conectivo, tal como uma conjunção integrante.

Enfim, este artigo pretende problematizar o atual ensino de orações relativas e propor que as descobertas linguísticas sobre o tema sejam consideradas na sala de aula e sirvam como um meio de o aluno compreender a gramática da língua de forma reflexiva e funcional. Também se propõe um trabalho com as diferentes estratégias de relativização, o que levará à diminuição do preconceito linguístico, por meio da valorização da fala dos próprios alunos. Além disso, defendemos que as atividades de gramática reflexiva sejam realizadas em (con)textos, em situações reais de comunicação, em que as orações relativas possam ser interpretadas e produzidas, considerando-se suas características pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas. Pretendemos com essas considerações ajudar o professor a encontrar “sentidos” para suas aulas sobre as construções relativas, uma vez que, como já apontado por diversos estudos, o ensino está minimamente atingindo o objetivo a que se propõe.

## Referências

- ALEXANDRE, N. M. P. 2000. *A estratégia resumptiva em relativas restritivas do português europeu*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Lisboa, Lisboa.
- BECHARA, E. 1999. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- CAMACHO, R. G. (no prelo). Construções relativas: uma análise discursivo-funcional.
- CHOMSKY, N. 1994. *O conhecimento da língua, sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Caminho.
- COMRIE, B. 1989. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Blackwell.
- CORRÊA, W. R. 1998. *Oração Relativa: o que se fala e o que se aprende no português brasileiro*. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.
- CUNHA, C.; e CINTRA, L. 2008. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon.
- DE VRIES, M. 2002. *The syntax of relativization*. Utrecht: Lot.
- DIK, S.C. 1997. *The theory of functional grammar*. Part 1: The structure of the clause. Berlin/New York: Mouton Gruyter. (ed. Kees Hengeveld)
- FOX, B. A. 1987. The Noun Phrase Accessibility Hierarchy Reinterpreted: Subject Primacy or the Absolutive Hypothesis? *Language*63(4). 856-70.
- GIVÓN, T. 2001. *Syntax*. vol II. Amsterdam: John Benjamins.
- GRÉGIS, R. A. 2003. Aquisição de preposições desacompanhadas em interrogativas do inglês: uma reavaliação. Dissertação de Mestrado. Rio Grande do Sul: PUC.
- HENGEVELD, K.; e MACKENZIE, J. L. 2008. *Functional discourse grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press.
- ILARI, R. *et al.* 2008. A preposição. In: CASTILHO, A. T. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.
- KATO, M. A. 1981. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. *Estudos Linguísticos* v. 1-16.
- KEENAN, E. L.; COMRIE, B. 1977. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry* 8. 63-99.
- KENEDY, E. 2007. *A antinaturalidade pied-piping em orações relativas*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LEMLE, M. 1978. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. In: LOBATO, L. (org). *Linguística e ensino do vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. Flutuação e gramaticalização no paradigma dos jutores em português forma, significado e história de (na) hora que. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 147-166, jun. 2011. ISSN 2176-9419. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59882>>. Acesso em: 13 Fev. 2013. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v13i1p147-166>.

PAIVA, Maria Conceição; PEREIRA, Marli. 2004. Estatuto sintático das orações introduzidas

pelos construções (prep)+det+N temporal+(prep)+que. *Veredas* 8 (1 e 2). 245-58.

PEZATTI, E. G. *et al.* 2010. O estatuto lexical/gramatical das preposições em português. *Lusorama* v. 81-82, p.102-134.

SARMENTO, L. L.; e TUFANO, D. 2010. *Português: literatura, gramática, produção de texto*. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Moderna.

SONG, J. J. 2001. *Linguistic Typology: Morphology and Syntax*. London: Longman.

SOUZA, C. R. 2007. *Relativa Cortadora: movimento ou apagamento?* Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TARALLO, F. L. 1983. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. PhD Dissertation. Philadelphia: University of Pennsylvania.

---

Recebido em: 10/10/2012

Aceito em: 12/11/2012

---